

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

PROMESSA DE COMPRA E VENDA

ART. 1.102/CPC — MULTA - INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CONDOMÍNIO, localizado na Rua nº, na Cidade de, Estado do, conforme Convenção e Ata da Assembléia anexas (docs. e), por sua bastante procuradora e advogada que no final assina, instrumento de mandado anexo, (doc.), por meio de seu advogado adiante assinado (procuração em anexo), inscrito na OAB/.... sob nº, com escritório profissional na Rua nº, onde normalmente recebe intimações em geral, vem, com o devido respeito, à presença de V. Exa., para, com amparo nos artigos 1.102a a 1.102c do Código de Processo Civil, propor a presente ação AÇÃO MONITÓRIA contra o Sr. (qualificação), residente e domiciliado nesta Cidade de, Estado do, na Rua nº, do referido Condomínio, conforme incluso Recibo de Sinal de Negócio e Princípio de Pagamento (doc. nº), o que faz pelas seguintes razões de fato e de direito: I - O Autor é credor do Réu pela importância de R\$ (....), proveniente de taxas e multas condominiais em atraso, atualização monetária e juros de mora, conforme abaixo e inclusa memória de cálculos (doc.). DOC. Nº MÊS VENCIMENTO VALOR R\$ II - O Autor esgotou todos os meios de cobrança amigável, sem ter logrado êxito, face às infundáveis promessas protelatórias do Réu, não restando outra alternativa a não ser a via judicial, a fim de compeli-lo a honrar sua obrigação. III - Nestas condições, requer a V. Exa. se digne acolher a presente e determinar a citação do Réu, para que, no prazo de quinze dias, pague o valor de R\$, acrescido de juros de mora, correção monetária, custas processuais e honorários advocatícios ou, caso queira, embargue esta, dentro do prazo legal. IV - Requer finalmente se necessário for, a produção de todo gênero de provas em direito admitidas, sem exclusão de nenhuma, em especial o depoimento pessoal do Réu, sob pena de confissão, juntada de novos documentos e inquirição de testemunhas, julgando-se a final, procedente a Ação para o fim de condenar o Réu ao pagamento do principal, correção monetária, juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação, por ser de direito e de justiça. Dá-se à presente, para os devidos efeitos legais, o valor de R\$ (....). Nestes Termos, Pede Deferimento., de de Advogado